



CEGUEIRA E SOLIDARIEDADE EM “A PESSOA É PARA O QUE NASCE”¹

BLINDNESS AND SOLIDARITY IN "THE PERSON IS FOR WHAT SHE BORN"

Fernanda Luzia LUNKES (UNIOESTE)²

Vera Lúcia da SILVA³

RESUMO: Este estudo objetiva analisar os efeitos de sentido sobre o corpo e a solidariedade no documentário “a pessoa é para o que nasce” (2006, direção de roberto berliner), cujo enredo conta a história das irmãs maria, regina e conceição. Nosso recorte analítico debruça-se sobre as falas das irmãs e das pessoas que convivem com elas e busca explicitar nossos gestos de leitura sobre as discursividades desses sujeitos e dos sentidos produzidos no interior do contexto fílmico, marcado também pela pobreza e pela cegueira das três irmãs, que são conhecidas como “as ceguinhas de campina grande”. Partindo do pressuposto pecheutiano de que o sujeito não é homogêneo, temos como hipótese de que na contemporaneidade um corpo com essa “marca”/“falha” produzirá tensões discursivas entre o sujeito marcado e aquele com o qual convive, podendo acontecer o mesmo no interior de um enunciado de um único sujeito, já que este é atravessado por várias formações ideológicas, as quais se confrontam na materialidade do discurso, escapando ao controle que supostamente o sujeito acredita ter sobre aquilo que diz.

PALAVRAS-CHAVE: discurso; cinema; sujeito; corpo.

ABSTRACT: This study has as objective to analyse the effects of meaning over the body and the solidarity in the documentary “the person is for what was born” (2006, direction of roberto berliner), whose plot tells the story of the sisters maria, regina e conceição. Our analytical outline lean over the speeches of the sisters and the people who live with them and searches to explicit our lecture gestures about the discursivities from these subjects and from the meanings produced in the interior of the movie context, also marked by poverty and the blindness of the three sisters, who are known as “the little blinds of campina grande”. Starting from the pecheutian presupposition that the subject is not homogeneous, we have as hypothesis that in contemporaneity a body with this “mark”/“failure” will produce discursive tensions between the subject marked and that one with which coexists, the same could happen in the interior of a statement of a single subject, since this is crossed by various ideological training, which face themselves in the materiality of the speech, escaping the control that supposedly the subject believes to have about that he says.

KEY-WORDS: discourse; cinema; subject; body.

¹ Este artigo é uma versão revisada do trabalho apresentado na 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso, evento realizado na cidade de Maringá/PR em março/2008.

² Professora do Curso de Letras da UNIOESTE/Campus de Cascavel. Mestre em Letras pela Universidade Estadual de Maringá. Integra os seguintes Grupos de Pesquisa CNPq: GELCE: Grupo de Estudos (UEM); NEOCIM: Memória, Cultura, Oralidade e Imagem (Unb). E-mail: flunkes@gmail.com

³ Mestre em Letras pela Universidade de Maringá. Integra os seguintes Grupos de Pesquisa CNPq: GELCE: Grupo de Estudos (UEM); GEPOMI: Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos (UEM); Leitura, Mídia e Formação de Professores de Línguas (UEM). E-mail: vluzsilva@ig.com.br



1. Considerações iniciais

O presente estudo, pautado na Análise do Discurso da escola francesa, parte de uma inquietação sobre os sentidos produzidos a partir do corpo das irmãs Maria, Regina e Conceição, personagens principais do documentário brasileiro “A pessoa é para o que nasce” (2006), dirigido por Roberto Berliner, cujo enredo conta a história de vida dessas três irmãs cegas que vivem na cidade de Campina Grande (PB).

Nosso gesto interpretativo busca dar conta de mostrar alguns efeitos de sentido, produzidos no interior do contexto fílmico, em torno da solidariedade para com as necessidades das irmãs a partir de uma “marca” corporal que elas possuem: a ausência de visão, explicitando como essa ausência atravessa a discursividade dos sujeitos.

Não pretendemos alcançar o real da linguagem como um todo, mas apenas o real de uma ou outra formação ideológica, mostrando algumas discursividades possíveis ao nosso olhar, que não é neutro (LAGAZZI, 1988). Entendemos que os discursos dos indivíduos são determinados pelas interpelações e, conforme Pêcheux (1997),

A interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (sob sua dupla forma, descrita mais acima, enquanto “pré-construído” e “processo de sustentação”) que constituem, no discurso do sujeito, os *traços daquilo que o determinam*, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1997, p. 163, grifos do autor).

Nossa hipótese é de que as interpelações sofridas pelas irmãs cegas e pelas pessoas que se relacionam com as irmãs não são homogêneas, cuja tensão acontece no discurso, podendo trazer formações discursivas contraditórias.

Traremos um resumo do documentário.

2. “A pessoa é para o que nasce”: a história das ceguinhas de Campina Grande

O documentário trata sobre a vida de três irmãs cegas, Regina, Maria e Conceição a partir do ano de 1998, quando a mãe já era falecida. Maria conta como o padrasto explorava



as três e como a mãe foi pressionada sobre a situação: “Eu mandei ela escolher: ou ele ou as filhas. Porque se for para ficar com ele, ele vai ficar assim, porque ninguém vai mais pedir para sustentar ele não”. No momento presente do filme (1998), quem cuida das irmãs é a Dona Didi, que cozinha, lava roupa e limpa a casa.

No ano de 2000 as irmãs são convidadas pelo cantor Gilberto Gil a participarem do Festival Universal de Percussionistas, o PERCPAN, evento que aconteceu nas cidades de Salvador e São Paulo. Quem acompanha as irmãs agora, além da filha de Maria⁴, é Valneide. Além de poderem mostrar suas canções e ficarem reconhecidas, as irmãs recebem o cachê de R\$ 1.500,00 por apresentação. Maria conta que nunca pensou em receber essa soma de dinheiro na vida. O sucesso das irmãs no evento é grande, o que no documentário é evidenciado com comentários de pessoas que assistiram à apresentação e também cenas de reportagens televisivas. Em um desses programas, a repórter afirma: “O tempo de cantar nas ruas começa a ficar para trás”.

Em 2002 a equipe volta a Campina Grande para rever as irmãs. Elas compraram uma casa em uma das avenidas principais, o que segundo elas é bem melhor em comparação à casa que moravam antigamente, cuja localização era no fim de uma rua, mais distante do centro da cidade. Morar na avenida tornava mais prática a tarefa de solicitar ajuda caso fosse necessário.

Em setembro de 2003 é feito um novo registro sobre a vida das irmãs. Elas voltaram a mendigar e sequer fazem uso dos ganzás para pedir esmola, simplesmente dizem “uma esmolinha, pelo amor de Deus”.

Um dos sonhos das irmãs é conhecer o mar. Elas são levadas até o mar. O filme mostra imagens das irmãs nuas tomando banho de mar.

Com este breve resumo, construímos um esboço do documentário para o leitor.

3. Uma perspectiva histórica sobre o corpo

⁴ A filha de Maria se chama Dalva e ficou durante muitos anos sob os cuidados de uma tia, cuja guarda não foi autorizada por Maria. A história sobre o nascimento de Dalva e quais foram as providências tomadas por Maria (e D. Didi) para ter a filha de volta são contadas no documentário.



Como já expusemos, queremos explicitar alguns sentidos produzidos a partir do corpo. O fato das três irmãs serem cegas pode gerar grandes tensões no contexto filmico, tendo em vista os sentidos construídos sobre o corpo no decorrer da história.

Os olhos, a visão ou a falta dela, não escaparam da história. Chama-nos a atenção a análise que Le Goff e Truong (2006, p. 147) fazem sobre o corpo na Idade Média e as tensões que o atravessam. A idéia do monstro desabrocha na Idade Média, período histórico do qual, segundo os autores, “as deformidades e as anormalidades são comuns e comumente depreciadas”. Dessa forma, os autores afirmam que

Existem monstros aos quais falta algo de essencial (cabeça, olhos, nariz língua, etc.), existem aqueles nos quais certos órgãos (orelhas, pescoço, um pé, lábio inferior, órgãos sexuais) são hipertrofiados, reduzidos à unidade (ciclope ou, ao contrário, multiplicados (duas cabeças, dois corpos, vários olhos, braços, dedos ou artelhos). Existem monstros cujo corpo é de uma grandeza ou pequenez excepcionais: gigantes e anões. (LE GOFF; TRUONG, 2006, p. 148).

Os estudiosos mostram também que a doença na Idade Média não se restringia ao corpo: havia também uma ligação com a alma, de forma que o tratamento se dava com vistas a curar a ambos. E para aqueles problemas de nascença o pecado já estava marcado no corpo, criando uma identificação social de que esta pessoa está pagando pelos pecados. Um julgamento que, contudo, não se restringe somente à Idade Média. Em determinada cena de “A pessoa é para o que nasce”, Maria faz alusão à cegueira: “Agora o povo fala que nós nascemo assim porque mãe era casada com um primo. Aí, é assim. Mas eu acho que não é não. Foi porque Deus quis mesmo. Todo mundo tem que nascer com uma coisa. Tem o destino de nascer com uma coisa”. Para nós, dois sentidos são produzidos neste enunciado: um sentido biológico, pelo problema físico resultante da relação sexual entre parentes, e outro religioso, pelo “pecado” do sexo praticado entre primos. Maria, Regina e Conceição trazem, dessa forma, a “marca” desse pecado.

A Idade Média, além de iniciar essa construção do grotesco, também marcou o início de uma sociedade assistencialista, marcada em torno de dois valores cardeais da sociedade medieval: a caridade (*caritas*) e a enfermidade (*infirmitas*). A primeira, que é a maior das virtudes teológicas, e a segunda, associada comumente à pobreza e à doença, foram poderosas alavancas para o nascimento do hospital medieval, cujo tratamento ao doente, segundo São Bento em sua “Regra”, deve ser igual àquele que seria dado ao próprio Cristo.



São outras as formas de subjetivação da Idade Média em relação ao momento sócio-histórico que vivenciamos, marcado pelo sistema capitalista. O nosso intuito ao trazer o olhar medieval sobre o corpo foi o de mostrar que a relação tensa com o corpo não existe somente na contemporaneidade. Para nós trazer o tratamento sobre o corpo na Idade Média é de suma importância, porque o imaginário social⁵ com relação ao monstro está calcado numa relação de medo e/ou repulsa. Já na contemporaneidade, uma das práticas discursivas é o silêncio com relação àquelas pessoas que sofrem de problemas físicos. A mídia, por exemplo: preocupada em instituir padrões, às vezes traz esse corpo com marcas, mas em geral a partir de uma perspectiva exótica, o que pode tornar ainda mais difícil a aceitação de um corpo com marcas e/ou faltas por parte da sociedade. O silêncio, neste caso, significa. Orlandi (2002, p. 14), em sua análise sobre o silêncio, explica como o silêncio pode atravessar as palavras, existir entre elas ou indicar que um sentido sempre pode ser outro. Para ela, o silêncio relaciona-se ao mais importante e que nunca se diz. O corpo, imbuído de interpelações, ainda que resista, não escapa às práticas discursivas.

Dessa forma, faz-se necessário fazer algumas considerações sobre os sentidos produzidos na contemporaneidade sobre/para com os corpos, já que os sentidos produzidos, nesse momento histórico que chamaremos de pós-moderno, são outros e outras são as práticas discursivas construídas na sociedade.

Os estudos de Orlandi (2001, p. 205) mostram como o corpo pode ser “um lugar material em que acontece a significação”, um lugar simbólico e o sujeito se significando nele. E nós, assim como Orlandi (p. 209), entendemos que corpo e linguagem não são opostos, pelo contrário, produzem seus efeitos de sentido, seus deslocamentos e repetições. Consideramos, embasados na mesma autora, que o corpo está “investido de sentidos” e que ele se “constitui por processos de subjetivação nos quais as instituições e suas práticas são fundamentais” (p. 10).

Comparado a um corpo dito “normal”, aquele que possui uma “falha” está marcado na sociedade pela diferença, e o Estado, que segundo Orlandi é ainda um articulador simbólico

⁵ O conceito de imaginário no qual nos pautamos é o da Análise do Discurso, que ocorre, conforme explica Lagazzi (1988, p. 38), na medida em que o “imaginário e o ideológico encontram-se na mesma ordem, enquanto o simbólico está na ordem das palavras, do discurso”. O discursivo é a ligação dessas ordens, possibilitando, na linguagem, o simbólico e o imaginário juntos. Não se trata, pois, de um conceito que ocorre de forma estabilizada no discurso. Ele está em constante movimento, já que o sujeito é atravessado por várias formações ideológicas.



no Brasil (informação verbal⁶), regulamenta a ordem tanto para os corpos “normais” quanto para os corpos marcados pela falha. Apesar de falhar em vários aspectos no cumprimento do seu papel, ele vem cobrar do sujeito contemporâneo, através do discurso ligado à “cidadania” a resolução por alguns dos problemas sociais. No caso do filme, por exemplo: o Estado não aparece no filme dando condições para as irmãs cegas de superarem a condição de pobreza na qual vivem. Há um momento em que se fala sobre a aposentadoria das irmãs, mas há um silêncio em relação a isso que desliza para o sentido da falha do Estado no cumprimento de seu papel. Por outro lado, os sentidos produzidos nesse contexto de que cuida das irmãs relaciona-se a uma bondade/dever, que para nós vem na paráfrase dos discursos contemporâneos sobre a solidariedade.

Haroche (1998, p. 145) interessou-se pela questão da compaixão enquanto amor social e político. Seu estudo busca refletir sobre o que fora construído com relação aos vínculos entre compaixão e fraternidade no século XVIII e sobre a noção mais contemporânea de solidariedade.

Para a autora, o termo solidariedade é o mais presente no discurso político contemporâneo, porque o termo caridade pode denunciar uma falha do Estado para com os cidadãos, provocando um retorno ao discurso religioso. Ela observa ainda que a compaixão “é uma noção importante da civilidade republicana e sua aprendizagem, um fundamento essencial da educação moral do cidadão” (p. 152). Ou seja, uma construção discursiva cujo princípio está mais relacionado ao dever, o qual, segundo a autora, demonstra como “disposições psicológicas e temperamentos podem ser encorajados, valorizados pelos sistemas de governo e, além deles, pelas culturas e mentalidades nacionais”. A citação tem valor para esse trabalho, pois podemos observar que há uma aguda tensão atravessando os discursos, tanto das irmãs cegas quanto daqueles que estão em contato com elas, no sentido de estabelecer o lugar daquele que ajuda para aquele que é ajudado, uma “solidariedade” que não mede esforços ainda que, dentro da lógica do sistema capitalista, ocorra o prejuízo.

4. Os sentidos sobre o corpo

⁶ ORLANDI, E. Notícia fornecida no 1º CIAD – Colóquio Internacional de Análise do Discurso, promovido pela UFSCar, out.2006 na leitura de seu trabalho intitulado “Violência e processos de individualização dos Sujeitos na contemporaneidade”.



Nosso recorte no presente estudo foi empreendido tendo como prioridade aspectos relacionados ao corpo, em especial à falta de visão, e à questão financeira. A dinâmica social do momento histórico no qual vivemos valoriza a posse, muito estimulada pelo que Payer (2005) chama de “sociedade de mercado”. Para tanto, o dinheiro é fundamental, e uma das formas para termos acesso a ele se dá através do trabalho. E para muitos estudiosos essa busca ocorre dentro de uma construção discursiva fetichizada, que leva o indivíduo a tornar-se mero servidor do capital (ALVES, *online*, 2007) através do trabalho e do conseqüente consumo (que é um dos objetivos do sistema capitalista). Ou seja, não podemos ignorar o poder que o capitalismo exerce em nosso cotidiano, vinculado às diversas interpelações das instituições (família, escola, Estado, mídia, etc.). No caso do documentário há a cegueira e a pobreza das irmãs Maria, Regina e Conceição o que, para nós, produz outros sentidos em relação ao dinheiro se comparados a uma pessoa sem este problema, já que no contexto fílmico elas estão constantemente dependendo de outras pessoas.

A seguir, traremos as primeiras seqüências discursivas recortadas do documentário:

SD 1:

Conceição: Tem gente que diz que Dona Didi tá cobrando muito caro, R\$ 200,00. A gente não pode reclamar, porque se reclamar ela leva a mal.

SD 2:

D. Didi: Você sabe, em todo canto tem pessoas que falam uma coisinha, né? Mas o que falam ou deixam de falar, eu nem ligo. Eu não tô dando prejuízo a elas. Nunca dei. Graças a Deus, eu acho que eu sou quem tem prejuízo.

As seqüências 1 e 2 aparecem no documentário quando Dona Didi é apresentada como a pessoa que cuida delas. Ela leva o almoço para as irmãs e Conceição diz que a comida não era daquele jeito todos os dias (feijão, arroz, carne, macarrão e saladas de alface e tomate). Tratava-se de uma ocasião especial por conta das gravações para o documentário. Mas não temos mais nenhuma informação sobre o assunto, então não se sabe se é preparada pouca comida ou se é mal feita.

Em nosso gesto de leitura há uma aguda tensão presente. Percebe-se que não se trata de uma relação baseada somente na caridade ou solidariedade, já que D. Didi recebe para



fazer os serviços, ainda que, segundo ela, seja insuficiente⁷. Mas podemos perceber que, tanto na fala da Conceição como na fala da D. Didi, o discurso jurídico, que geralmente se faz presente no que tange a contratos e valores, em nenhum momento é citado. Em compensação o discurso de ambas retoma outros discursos que já foram ditos, em um outro lugar, cujo enunciador é atribuído a uma “voz popular”. Esse recurso lingüístico na seqüência de Conceição (“Tem gente que diz que Dona Didi tá cobrando muito caro, R\$ 200,00”) produz para nós dois sentidos: a) o de denúncia sem que haja comprometimento direto de Conceição com o que está sendo dito; b) com o fim de legitimar o que está sendo dito, ela atribui a outras pessoas a responsabilidade, as quais, segundo ela, acreditam que a situação é injusta. Outro aspecto interessante na relação entre as quatro mulheres escapa novamente do discurso jurídico quando Conceição diz que “A gente não pode reclamar, porque se reclamar ela (D. Didi) leva a mal”. Em geral faz-se um contrato cujos direitos e deveres de contratante e contratado são especificados e no caso de uma das partes não cumprir com o contrato de forma adequada pode-se mesmo recorrer ao cancelamento de contrato por haver o que conhecemos como “quebra de contrato”. Neste caso, no entanto, percebemos que há uma tensão nos poderes entre quem ajuda e quem é ajudado. Como se o fato de serem “ajudadas” por D. Didi desse a elas o dever de aceitar tudo e à D. Didi o direito de cumprir com seus deveres como lhe for mais aprazível.

D. Didi também recorre à “voz do povo”, mas dessa vez tentando deslegitimá-la. O termo “prejuízo” no enunciado pode construir o efeito de prejuízo financeiro, como se o valor do trabalho que ela faz para as irmãs cegas não condiz com o valor que ela recebe em dinheiro para fazê-lo. Ao mesmo tempo, no “prejuízo” do enunciado “Graças a Deus, eu acho que eu sou quem tem prejuízo” pode também significar a perda de outros fatores, como o tempo para dedicar-se à sua vida e à sua família, trazendo o sentido de que a solidariedade exige sacrifícios – e prejuízos. Como quando o marido de D. Didi fala para o filme sobre a relação de D. Didi com as irmãs: “Eu acho muito bonito, porque D. Didi é uma pessoa, não é porque seja minha esposa não, mas gosta de fazer o bem. Eu mesmo acho incrível uma coisa dessas. Porque já é da pessoa mesmo. Já nasceu para isso”.

Quando D. Didi diz que “Graças a Deus, eu acho que eu sou quem tem prejuízo” ela traz uma discursividade religiosa e outra discursividade mais ligada ao contexto do capital.

⁷ Neste estudo não estamos preocupados em discutir valores – se são suficientes, se são justos ou não – mas sim em explicitar como o discurso é atravessado no contexto fílmico pela questão financeira, tendo em vista as determinações sócio-históricas.



No entanto, ao agradecer a Deus por acreditar que é ela quem tem prejuízo, ela deixa de fazer uso do discurso jurídico para supostamente se embasar no que estaria acima dele. O que lhe importa é fazer o bem, ajudar as irmãs cegas, e não ter o lucro sobre o que faz para elas.

Em 2000, quando são feitas novas imagens com as irmãs, outra pessoa está cuidando das irmãs (as filmagens com D. Didi foram em 1998).

SD 3:

Maria: Roberto, quem deu esta idéia de você fazer esse filme? Foi você mesmo ou foi o pessoal lá do Rio?

Roberto: Por que você tá perguntando?

Maria: Porque eu já vi muita gente dizer isso, esse povo tão fazendo isso é pra pegar as fitas pra vender e ganhar dinheiro pra eles.

Esta seqüência acontece quando o documentário constrói uma metalinguagem, ou seja, no filme fala-se sobre seu lançamento e a repercussão em Campina Grande, o assédio da imprensa sobre as irmãs, a fama repentina (e mais valorizada, obviamente, do que mendigar todos os dias pelas ruas de Campina Grande), os comentários das irmãs sobre serem protagonistas de um filme. É importante destacar que o histórico de vida das três irmãs é marcado pela exploração. Desde pequenas, as três eram obrigadas a pedir esmola para sustentar a família. Houve uma época em que 14 pessoas foram sustentadas através da mendicância das três. Ainda no começo do filme, Maria faz uma importante declaração para o espectador ficar a par de como as três eram exploradas: “Lá em casa, os que não era deficiente não trabalhava em nada. Agora, os que era deficiente vivia trabalhando só pra sustentar eles. Trabalhava... trabalha o feio pro bonito comer”. A cegueira era usada pela própria família enquanto fonte de sustento. A compaixão, conforme explicou Haroche (1998), fazia com que as pessoas ajudassem as cegas provavelmente com o intuito de melhorar a vida daquelas três mulheres, mas o dinheiro, ao contrário, era usado para benefício e sustento de pessoas que poderiam trabalhar normalmente. Maria traz esse problema da exploração quando responde a Roberto, mas de maneira modalizada por recorrer a um discurso outro (AUTHIER-REVUZ, 1998) para mostrar de que forma o filme era visto. Ao atribuir a responsabilidade do que está sendo dito a um enunciador genérico, constrói um efeito de indeterminação, mas ao mesmo tempo de credibilidade, tendo em vista que se trata de mais de um enunciador. Outro efeito que é produzido: dá ao interlocutor, no caso o diretor, a responsabilidade de proceder daquela



maneira ou não, ou seja, manter esse ciclo de exploração que compõe a história de vida delas ou agir de maneira responsável, com bom senso, cuja moral é a de não explorar aqueles corpos cuja marca maior é a falta de visão.

SD 4:

Valneide: Na época do filme eu já morava lá na vila, mas eu não tinha amizade com elas. Aí, depois do filme, eu fiquei indo lá para porta perguntar como foi, o que era, o que é que perguntava tanto, como é. Aí, ela falou comigo: “Valneide, você não quer ficar fazendo não a comida da gente?” Eu não tenho lucro de nada. Eu tô mais ajudando elas do que elas me ajudando.

A seqüência acima foi recortada durante a apresentação das irmãs no PERCPAN, em Salvador, no ano de 2000. Valneide explica como era seu relacionamento com as irmãs cegas até acabar sendo convidada a auxiliá-las. Podemos perceber, segundo o que é dito por ela, de que as relações acontecem baseadas em um contrato verbal, sem embasamento jurídico. No final da seqüência ela afirma: “Eu não tenho lucro de nada. Eu tô mais ajudando elas do que elas me ajudando”. Compreendemos que nesse enunciado está presente um imaginário social cuja prática discursiva está ligada ao fato de que é contra a moral uma pessoa com condições normais para trabalhar explorar pessoas com deficiências, como no caso das irmãs cegas. Mas durante todo o documentário não é dito se Valneide recebe ou não dinheiro para acompanhar e cuidar de Maria, Regina e Conceição. Enquanto D. Didi fez uso da palavra “prejuízo”, Valneide utiliza o termo “lucro” para se eximir de qualquer exploração para com as irmãs cegas, cujo sentido da palavra lucro muitas vezes está alicerçado sobre um contexto de exploração, principalmente no sistema capitalista. Logo a seguir ela diz que “Eu tô mais ajudando elas do que elas me ajudando”. Para nós nesse momento um outro lugar se constrói, o lugar da falha, pois ao trazer “[...] mais [...] do que [...]” uma relação de troca é instituída. Nossos gestos de leitura são o de que duas discursividades atravessam a fala de Valneide, uma ligada a uma formação discursiva religiosa e a outra a uma formação discursiva capitalista, cuja tensão no discurso resulta em uma terceira.

A tensão entre explorado e explorador não se desfaz com o decorrer do documentário. Em 2002, quando a equipe do filme retorna a Campina Grande, Valneide não aparece cuidando das irmãs, tampouco é citada por elas.



SD 5:

Maria: Por falar em filme agora esses prêmio assim que eles ganha é dinheiro, é?

Roberto: O que aconteceu foi assim: parte do prêmio que a gente ganhou a gente mandou pra vocês. E a outra parte a gente está usando para fazer este filme aqui.

Maria: Não tem problema. Era isso que eu ia perguntar.

Na seqüência 3, que analisamos anteriormente, já podemos perceber a tensão que permeava a relação entre Maria, a mais autônoma das três irmãs, e o diretor do documentário, Roberto Berliner. A seqüência 5 aconteceu durante as apresentações no PERCPAN em São Paulo, no ano de 2000. Ela novamente interroga o diretor sobre o uso que se faz com os lucros provenientes do filme. Maria demonstra, apesar de ser analfabeta, certo conhecimento sobre a questão da exploração e do lucro no sistema capitalista. Ainda que não possua conhecimentos teóricos, ela demonstra certa noção tendo em vista sua experiência de vida.

Chama-nos a atenção o fato de que ao perguntar a Roberto sobre o prêmio (“esses prêmio assim que eles ganha é dinheiro, é?”), Maria faz uso do pronome “eles” e não “você”, atribuindo a responsabilidade a outras pessoas quanto ao recebimento e uso do prêmio. Roberto traz a responsabilidade para si ao fazer uso do pronome “a gente”, e fala sobre a quantidade dividida para cada um, cujo efeito de sentido produzido, para nós, é de se tentar sair do suposto lugar de explorador para um outro, o de justo, tanto para Maria como também para o espectador, que já tem uma noção geral da exploração que as três irmãs sofreram.

Quando Maria diz que “Não tem problema. Era isso que eu ia perguntar”, o efeito gerado é de que um acordo fica selado entre eles já que “isso” dá pistas de que ela poderia querer alguns esclarecimentos sobre o destino do dinheiro que Roberto recebeu por ter contado a história da vida delas, cujo destaque se dá principalmente pelo fato das três possuírem uma “marca” no corpo, pois se as três não fossem cegas provavelmente não chamariam a atenção exceto se tivessem outros atributos. O corpo defeituoso chama a atenção, e podemos perceber que é usado para provocar diversos sentidos, sejam eles ligados à compaixão, ao exótico, ao grotesco.

5. Considerações finais

Intrigou neste trabalho a relação entre a pessoa cujo corpo possui a inscrição de alguma marca, neste caso uma falha pela ausência da visão, com a pessoa que supostamente



está ao lado para ajudar, e as estratégias lingüísticas utilizadas para aliviar a tensão que envolve este tipo de relação.

É importante que salientemos também que este trabalho em nenhum momento se deu com o intuito de mostrar que uma pessoa com problemas não deva ser ajudada. Mas pode-se perceber que a pura e simples compaixão, enquanto amor político e social (HAROCHE, 1998), como o ato de dar a esmola às irmãs, não faz senão tratar o problema de forma imediatista e torná-lo ainda mais complicado de se resolver no futuro. Uma prática que vem por atender a uma interpelação do Estado, cujo discurso é o da solidariedade do “cidadão”, a qual vem suprir o lugar da falha que cabe ao Estado.

Chamou-nos a atenção uma matéria do Jornal O Povo (*online*, 2005), no qual “Carlisete Campos, 31, cega desde a primeira infância, não entende como as chamadas Ceguinhas de Campina Grande, nacionalmente conhecidas graças ao filme, chegaram a tocar ao lado do ministro da Cultura e compositor Gilberto Gil, mas acabaram retornando às ruas de sua cidade-natal para pedir esmolas”.

Dentre as estratégias lingüísticas que analisamos no estudo, uma das que mais nos chamaram a atenção é aquela que pretende desvincular o papel do enunciador enquanto alguém capaz de explorar alguém na condição de cego, preferindo ser lesado a prejudicar alguém com esta deficiência.

Entender que estas discursividades relacionam-se a um imaginário social mais dinâmico e mais influente e que diz respeito ao tratamento que deve ser dado às pessoas mais carentes, como no caso de Maria, Regina e Conceição, leva-nos a pensar nos efeitos de sentido que estão sendo produzidas na contemporaneidade acerca da solidariedade e dos laços sociais. Neste estudo, percebemos que a compaixão, por si só, exime a pessoa que ajuda de qualquer culpa e dá a ela o estatuto de boa, mesmo que para as irmãs não seja o suficiente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G. **A natureza do capital**. Set. 2007. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/Aula1.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2007.

AUTHIER-REVUZ, J. Observações no campo do discurso relatado. In: _____. **Palavras incertas: as não-coincidências do dizer**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

CINEMA – para ver o invisível. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 24 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br>>. Acesso em: 17 jan. 2008.



HAROCHE, C. **Da palavra ao gesto**. Tradução de Ana Montoia e Jacy Seixas. Campinas, SP: Papirus, 1998, p. 143-160.

LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.

LE GOFF, J.; TRUONG, N. **Uma história do corpo na Idade Média**. Tradução de Marcos Flamínio Peres. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

ORLANDI, E. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2002.

_____, E. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PAYER, M. O. Linguagem e sociedade contemporânea – sujeito, mídia, mercado. In: **RUA: Revista do Núcleo de Desenvolvimento da criatividade da Unicamp – NUDECRI**, Campinas, SP, n. 11, p. 09-25, março 2005.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi (et al). 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.